

PODER

Missão é combater as quadrilhas

Novo ministro da Justiça, Lima e Silva assume o cargo com o compromisso de priorizar o enfrentamento ao crime organizado. Na cerimônia de posse, o presidente Lula afirmou que “o Estado não pode ser derrotado por nenhuma organização criminosa”

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou ontem uma reunião com ministros de Estado, do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros órgãos públicos para alinhar o combate ao crime organizado. Segundo o recém-empossado ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, Lula determinou que o enfrentamento às facções seja elevado ao “status de ação de Estado”, e não apenas de governo. O ministro argumentou ainda que o “tamanho do problema” justifica a coordenação entre Poderes.

“Houve uma decisão do presidente da República, compartilhada por todos esses órgãos, de elevar ao status de ação de Estado o combate ao crime organizado. De maneira que a relevância que o crime organizado assumiu neste momento impõe, na visão do presidente e de todos esses atores, a necessidade de uma atuação conjunta”, declarou o ministro a jornalistas após o encontro, no Palácio do Planalto. “Percebemos que as ações de governo, por mais competentes e determinadas que sejam, para que alcancem um determinado grau de eficácia, precisam da colaboração desses órgãos de Estado. E, obviamente, nenhum desses órgãos faltará ao Brasil nesse combate”, disse ainda.

Participaram do encontro também o vice-presidente Geraldo Alckmin, os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social), o vice-presidente do STF, ministro Alexandre de Moraes, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, o diretor geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos Rodrigues, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, e o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan.

Lima e Silva foi nomeado na terça-feira por Lula em substituição ao ex-ministro Ricardo Lewandowski, que deixou o cargo por motivos pessoais. Na coletiva, o ministro não detalhou quais ações serão adotadas por sua pasta, mas disse que o fará em uma segunda conversa com a imprensa. Porém, destacou que o objetivo do encontro de manhã foi alinhar o apoio às equipes de combate ao crime, como a Polícia Federal e a Receita Federal. “Em um determinado momento, o

Ricardo Stuckert/PR



Wellington César Lima e Silva tem a confiança do presidente Lula para fazer do Ministério da Justiça um dos protagonistas na guerra contra o crime

Ministério Público precisa entrar, o Judiciário precisa se pronunciar, e ajustar essa sintonia de como isso pode acontecer, como uniformizar esses procedimentos, respeitadas as garantias e respeitada a autonomia de cada um desses órgãos”, afirmou o ministro.

O diretor geral da PF, em breve fala, destacou o combate ao financiamento das organizações criminosas. “Enfrentar o poder econômico e enfrentar o andar de cima do crime organizado, com estratégia, inteligência, planejamento, para que a gente tenha os resultados efetivos perenes de todas as nossas ações”, disse Andrei.

Ao empossar Lima e Silva, Lula voltou ao tema e desafiou as organizações criminosas. “Nós vamos mostrar que o Estado brasileiro vai derrotar o crime organizado”,

declarou o presidente, “para que a gente possa, definitivamente, dizer que o Estado não pode ser derrotado por nenhuma organização criminosa, por nenhuma organização empresarial, por nenhuma organização religiosa. Nada pode derrotar o Estado, a não ser a incompetência e a incapacidade dos governantes e das instituições. E nós temos instituições sólidas”, afirmou o chefe do Executivo.

Ele citou as últimas operações da Polícia Federal com foco no dinheiro movimentado pelo crime e nos financiadores das atividades ilegais como exemplo de boa atuação do Estado. “Nós nunca estivemos tão perto e nunca tivemos tanta oportunidade, tanta chance de chegar ao andar de cima da corrupção e do crime organizado nesse país como agora.”

Após a cerimônia, Lima e Silva informou que vai conversar com todos os secretários da pasta antes de promover mudanças na equipe. Garantiu, contudo, que o diretor geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos Rodrigues, e o diretor geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Fernando Oliveira, vão permanecer nos cargos. Disse ainda que vai manter o diálogo no Congresso pela aprovação da PEC da Segurança, inclusive, com parlamentares e governadores de oposição.

“O presidente sempre pronunciou que ele não faz distinção em relação a essas políticas públicas. O Estado brasileiro também tem que ter coerência e uma atitude cooperativa com os estados federados, independentemente de cor partidária ou qualquer outra coisa”, disse o ministro.



Nada pode derrotar o Estado, a não ser a incompetência e a incapacidade dos governantes e das instituições. Nós temos instituições sólidas”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Parente de político perde verba de emenda

» LUANA PATRIOLINO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino proibiu, ontem, o repasse e a execução de emendas parlamentares para entidades do terceiro setor — o que inclui as organizações não governamentais (ONG) — que tenham vínculos familiares com parlamentares ou assessores responsáveis pela indicação dos recursos orçamentários.

Ao justificar a decisão, o magistrado disse que esse tipo de prática equivale à “apropriação privada do Orçamento Público, em desvio dos critérios objetivos e impessoais que devem reger a atuação estatal”.

Para o ministro Dino, “não se revela compatível com o regime republicano que parlamentar possa destinar emendas a entidades vinculadas a familiares, direta ou indiretamente, transformando recursos públicos em moeda de afeto, conveniência ou lealdade pessoal, para não mencionar hipóteses de escancarado peculato”.

“Determino a proibição de destinação e execução de recursos oriundos de emendas parlamentares em favor de entidades do terceiro setor que: a) tenham, em seus quadros diretos e administrativos, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou

por afinidade, até o terceiro grau, de parlamentar responsável pela indicação da emenda ou de assessor parlamentar a ele vinculado”, escreveu.

O magistrado também advertiu que, se o repasse dessas emendas for efetivado, o ato pode configurar nepotismo (favorecimento político a parentes) e improbidade administrativa. Segundo ele, “qualquer mecanismo que permita a submissão do interesse público a interesses privados” é incompatível com a Constituição brasileira.

Transparência

A decisão integra um conjunto de medidas adotadas pelo STF para reforçar o controle sobre a execução de emendas parlamentares. Em janeiro do ano passado, Flávio Dino havia determinado a suspensão dos pagamentos destinados por emendas parlamentares para as ONGs que não cumprissem critérios estabelecidos pela Corte. Segundo relatório da CGU, apresentado à época, metade das 26 entidades fiscalizadas não possuem mecanismos adequados de rastreabilidade.

Segundo o órgão, 13 delas (50%) não fornecem transparência adequada ou não divulgam informações; nove entidades (35%) apresentam as informações de forma

incompleta; e quatro (15%) promovem a transparência das informações de forma adequada, considerando a acessibilidade, clareza, detalhamento e completude.

Dino é relator de diferentes ações de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs) que tratam da constitucionalidade na liberação de emendas

parlamentares. Desde 2022, o Supremo vem impondo uma série de medidas para assegurar a transparência e a rastreabilidade dos recursos públicos. **(Com agências)**

Rosinei Coutinho/STF



Não se revela compatível com o regime republicano que parlamentar possa destinar emendas a entidades vinculadas a familiares, direta ou indiretamente, transformando recursos públicos em moeda de afeto, conveniência ou lealdade pessoal, para não mencionar hipóteses de escancarado peculato”

Flávio Dino, ministro do STF

Ofensiva do STF contra supersalários

» ALÍCIA BERNARDES

O Supremo Tribunal Federal (STF) articula, nos bastidores, a retomada do julgamento de ações que podem restringir o pagamento de penduricalhos salariais a juízes e desembargadores de todo o país. A movimentação, que envolve também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), busca construir um entendimento capaz de uniformizar benefícios e conter remunerações que extrapolam o teto salarial do funcionalismo público.

O tema voltou ao centro da pauta após o desgaste provocado pelas investigações envolvendo o Banco Master, que atingiram a imagem da Corte. Ministros avaliam que uma decisão firme contra os supersalários do Judiciário teria boa recepção na opinião pública e ajudaria a reforçar a credibilidade da Justiça em um momento de cobrança por mais transparência e integridade institucional.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, lidera a articulação. Ele já levou o debate ao CNJ e, no fim de 2025, instituiu um observatório de integridade com foco na “transparência da remuneração” da magistratura. Fachin também tem buscado o apoio de presidentes de outros tribunais superiores para reduzir a resistência interna e criar um ambiente favorável à mudança.

A avaliação no Supremo é que o cenário atual é propício para enfrentar a controvérsia. À frente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Herman Benjamin e Luiz Philippe Vieira, respectivamente, são conhecidos pela postura crítica aos pagamentos que extrapolam o teto constitucional, o que pode facilitar a construção de um consenso entre as cúpulas do Judiciário.

A estratégia é avançar simultaneamente no STF e no CNJ, fechando o cerco aos penduricalhos que inflacionam os vencimentos. Embora o tema seja debatido há anos, iniciativas anteriores esbarraram no corporativismo de associações de magistrados e em decisões administrativas que, na prática, mantiveram brechas para furar o teto.

Regras frouxas

Em maio do ano passado, o CNJ aprovou uma resolução que proibiu o pagamento de benefícios retroativos por decisão administrativa, condicionando esse tipo de repasse ao trânsito em julgado de ações coletivas. A medida foi vista como um passo importante para conter distorções, mas sua eficácia acabou relativizada meses depois.

No fim de 2025, o corregedor-nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, autorizou o pagamento retroativo de quase R\$ 1 bilhão a juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. A liberação validou uma decisão interna da corte estadual, que converteu em dinheiro a chamada “licença compensatória” — benefício que concede um dia de folga a cada três dias de acúmulo de função, transformado, nesse caso, em remuneração extra.

O episódio reacendeu as críticas aos mecanismos que permitem ganhos acima do teto e reforçou, no STF, a percepção de que é preciso uma solução mais abrangente e definitiva. A expectativa é que, com apoio das cúpulas das Cortes Superiores e respaldo do CNJ, o Supremo consiga avançar em uma decisão que reduza os privilégios, imponha regras claras e contribua para recuperar a imagem do Judiciário diante da sociedade.